

SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1993

POLÍTICA ECONÔMICA

ESTADO DE SÃO PAULO

ECONOMIA

Políticos querem apressar choque

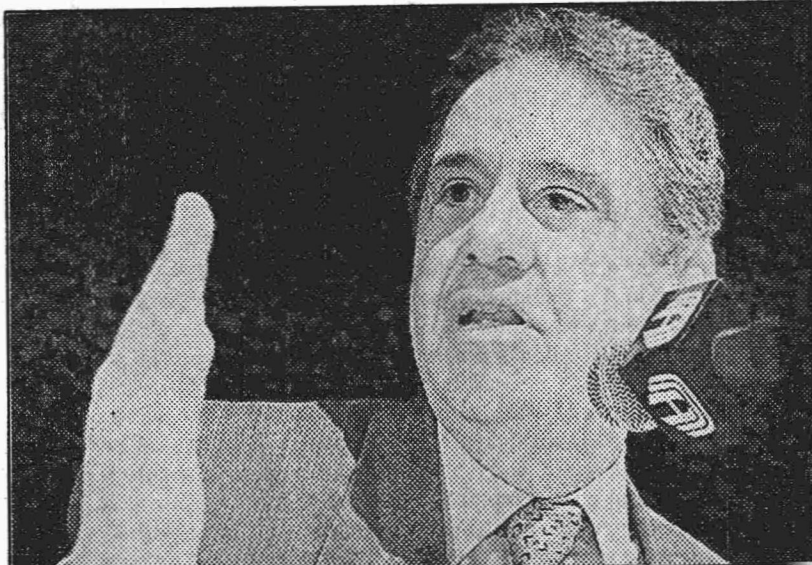
Assessores do ministro querem medidas no início de 1994, mas políticos pressionam pela antecipação

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — Os principais assessores do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, estão convencidos de que a aplicação de um choque no início do próximo ano é a melhor forma de ganhar tempo em busca de uma ampla negociação política que assegure a continuidade do ajuste fiscal após o golpe contra a inflação. Mas o ministro vem sendo pressionado pelos políticos no sentido de antecipar esse prazo. Para obter o apoio do Congresso em favor das reformas que pretende pôr em prática, primeiro ele teria de fazer o choque.

Em conversas reservadas, os técnicos esclarecem que não admitem oficialmente a preparação do "choque" porque na cabeça das pessoas essa palavra está associada a quebra de contratos e seqüestro de ativos monetários. Mas reconhecem que é impossível derrubar a inflação sem uma desindexação radical da economia, ou seja, o súbito congelamento do principal indexador em vigor, sem que isso signifique o rompimento de qualquer regra jurídica.

O melhor exemplo dessa atitude ambígua são as declarações do próprio Fernando Henrique. Ora ele fala em "paulada" e em "aposta" contra a inflação, palavras que são sinônimo de choque; ora nega qualquer intervenção. Além desse, há outro dilema que consome a equipe: o ajuste precede ou sucede



Heitor Hui/AE

Pressão política

Políticos pressionam o ministro Fernando Henrique para apressar o choque se quiser apoio do Congresso à reforma

o choque? Para seus integrantes, a partir deste momento, o ministro e o presidente é que são os juizes do timing e da fórmula do choque, que já dispõe de uma estratégia e de alternativas em estudo.

De acordo com um dos informantes, se até julho do ano que vem a inflação não tiver sido drasticamente reduzida, a hiperinflação será inevitável, jogando o governo Itamar Franco numa crise de governabilidade. "As campanhas de todos os candidatos a presidente serão baseadas no ataque ao caos inflacionário gerado pela incapacidade do governo. E isso não pode acontecer", prevê um as-

essor do ministro.

Ingredientes — O choque que está sendo preparado pelo Ministério da Fazenda não escapará de ingredientes hoje considerados clássicos nas experiências de outros países consideradas bem sucedidas. Será um misto de pelo menos três deles: ajuste fiscal (antes e depois da desindexação, que implicará a extinção da correção monetária em alguns casos), privatização acelerada e congelamento do principal indexador da economia que estiver em vigor.

Quando o assunto começou a ser discutido, imaginou-se que a

melhor âncora (neologismo que os economistas utilizam para significar o congelamento do indexador) seria o câmbio fixo, em uma das diferentes modalidades postas em prática pelos países que administram políticas de estabilização. O modelo argentino, considerado o mais atraente, apresenta hoje duas dificuldades que o desaconselham: a inflação ainda é superior à taxa internacional porque muitos preços que não têm equivalência em dólar puxam o índice para cima, arrastando os salários; exportadores e industriais que enfrentam a concorrência dos produtos importados pressionam no sentido de que o Banco Central mexa na taxa de câmbio.

Recentemente, os técnicos começaram a examinar a possibilidade de estabelecimento de um novo índice capaz de refletir com mais fidelidade que os que estão em vigor o aumento médio dos preços. Feito isso, ele passaria a ser adotado como o indexador básico da economia para ser congelado no momento do choque. Simultaneamente a equipe econômica começou a discutir a aceleração do Programa de Privatização, cujas novas medidas deverão ser anunciadas no final do mês.

Outro passo importante foi a separação entre as contas do Banco Central e do Tesouro Nacional, primeiro passo para um ajuste fiscal mais amplo pois significa a supressão de fontes inflacionárias de financiamento do déficit público.

Economistas esperam medidas

Economistas de São Paulo acreditam que o governo deve mudar a política econômica nos próximos três meses. Esse é o principal resultado de uma pesquisa realizada pela Ordem dos Economistas de São Paulo. Dos entrevistados, 55% disseram acreditar que haverá alteração da política econômica. Nas duas pesquisas anteriores, feitas este ano, apenas 10%, na primeira, e 30%, na segunda, dos entrevistados acreditavam na adoção de novas medidas. Entre as prováveis medidas estão a criação de um sistema bimonetário, prefixação, intervenção sobre preços por meio de uma âncora cambial e mudanças no panorama de privatização.

Mercado faz o juro, diz Pinto

BRASÍLIA — O novo diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Pinto, deixou claro ontem, depois de tomar posse, que o Banco Central está à mercê dos bancos e corretoras para a fixação da taxa de juros. Em comentário a respeito da alta das taxas quarta-feira, Pinto declarou: "O BC fez um ajuste movido pelas forças de mercado e a força do mercado é maior do que a do BC". O presidente empossado do Banco Central, Pedro Malan, foi mais cauteloso, ao explicar que os juros podem ficar altos no curto prazo, mas que o objetivo do BC é baixá-los em um período mais longo. "Os meus objetivos são os mesmos do presidente Itamar Franco", disse.

A cautela de Malan é explicável, uma vez que grande parte dos desentendimentos de Itamar com o antecessor de Malan, Paulo César Ximenes, deveu-se à questão dos juros. Itamar quer juros baixos,

mas os administradores da política monetária vêm sustentando, há algum tempo, que juros abaixo da inflação colaboram para elevar ainda mais os preços. O novo presidente do BC é da mesma opinião. Malan lembrou ontem que juros reais negativos (abaixo da inflação) provocam especulação com estoques, aumento do consumo e fuga para o dólar, entre outras formas de especulação.

O novo presidente do BC disse que a alta dos juros promovida pelo mercado, e depois seguida pelo BC, foi fruto de expectativas de inflação mais alta e uma onda de excitação em torno do balanço que vai ser feito no dia 14 pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O mercado está especulando sobre a possibilidade de serem anunciadas medidas de impacto contra a inflação. Malan disse que a especulação em torno do pronunciamento de Cardoso

pode ter provocado remarcações.

Francisco Pinto acha que não houve nada de radical na atuação do BC. Ele espera que haja uma reversão das expectativas depois do pronunciamento do ministro, quando os juros deverão se recomodar. No curto prazo o BC, não podia ficar parado vendo a inflação subir, explicou.

O diretor de Política Monetária informou que o Diário Oficial de hoje vai publicar portaria do ministro da Fazenda com os volumes e prazos dos novos títulos do Tesouro que vão compor a carteira do Banco Central a partir da separação das contas do Tesouro. Além dos títulos no valor de US\$ 22 bilhões que serão destinados à carteira do BC para condução da política monetária, também serão emitidos papéis no valor de US\$ 42,8 bilhões relativos à dívida externa em renegociação com os bancos credores internacionais.